



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680154 - SP (2021/0219284-5)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : JORGE LUIS GALLI  
**ADVOGADO** : JORGE LUÍS GALLI - SP390632  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATHEUS AQUINO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS AQUINO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2133151-96.2021.8.26.0000).

O paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva. A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo a ordem sido denegada, em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS* Tráfico de drogas Conversão da prisão em flagrante em preventiva - Análise da prisão cautelar sob o enfoque das Leis n.º 12.403/11 e 13.964/19 - Paciente preso em flagrante com um tijolo de cocaína (1233,8g) - Prisão fundamentada na periculosidade dos pacientes aferida a partir da empreitada criminosa - Necessidade e adequação da excepcional medida para a garantia da ordem pública - Manutenção da prisão que visa proteger a sociedade como um todo - Ordem denegada - (Voto n.º 44711).

Sustenta, o impetrante, que o único fundamento para a segregação cautelar do paciente foi o malefício social causado pela cocaína, e que não foi abordada a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão. Afirma que nada foi falado sobre a personalidade do paciente e por quais motivos sua liberdade geraria riscos à ordem pública. A autoridade impetrada sequer teria se atentado às circunstâncias da prisão do paciente, nem mesmo às suas qualidades pessoais, que é primário, não possui qualquer anotação criminal, tinha trabalho lícito até pouco tempo e tem família constituída no distrito da culpa. Anota que esta Corte vem decidindo que a falta de profissionalismo ou dedicação criminosa, aliadas a primariedade e bons antecedentes dos réus são suficientes para afastar a prisão preventiva, ante a falta de demonstração de periculosidade do agente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente